



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141459 - PR (2021/0013473-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : A H M (PRESO)
ADVOGADO : JAMINUS QUEDAROS DE AQUINO - PR072285
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A H M contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0062250-53.2020.8.16.0000).

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática dos delitos de homicídio qualificado consumado e tentado.

Sustenta que estaria sendo tolhido o seu direito à saúde, pois requereu a internação em hospital de custódia, em razão de sua dependência química, o que foi negado pela Corte de origem.

Acrescenta que o decreto de prisão preventiva não estaria devidamente fundamentado.

Informa que foi pedido ao juízo processante a instauração de incidente de insanidade mental, que teria sido indeferido.

Aduz que não ostenta nenhuma condenação criminal e que trabalhava em uma metalúrgica com registro em CTPS.

Requer, liminarmente, *"a substituição da cautelar de segregação pela internação compulsória para tratamento contra a dependência química e psiquiátrico em Hospital de Custódia no Complexo Médico Penal no , DEPEN-PR"*.

No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 64/66):

"Infere-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções dos arts. 121, §2º, incs. I, III e IV, e 121, §2º, inc. I e VI, c.c. §2º-A, I, §7º, III, e art. 14, II, todos do CP, tendo sido decretada sua prisão preventiva para a garantia da ordem pública. Contudo, não comprovou a defesa que o paciente esteja acometido de moléstia psicológica grave que importe na concessão da ordem para pronta transferência ao Complexo Médico Penal, bem como que não possa ser submetido a acompanhamento psiquiátrico na unidade prisional onde se encontra. Nesse ponto, verifica-se escorreita a decisão do D. Magistrado que indicou a necessidade de perícia

prévia acerca da inimputabilidade ou semi-imputabilidade do agente, uma vez que a mera dependência de drogas não justifica a revogação da custódia cautelar, ainda mais não tendo o impetrante comprovado, de plano, a necessidade de transferência para o Complexo Médico Penal.

Nesse sentido, informou o D. Magistrado:

“Analisando o caso, em 13/10/2020, este Juízo indeferiu o pedido uma vez que se mantinham idôneas as razões que embasaram o decreto prisional editado nos autos nº 2321- 60.2020.8.16.0139, salientando-se quanto a impossibilidade de se converter a prisão em internamento provisório, por falta de prova prévia que indicasse suposta inimputabilidade ou semi-imputabilidade, e registrando-se a inaplicabilidade do entendimento utilizado no remédio constitucional supramencionado, devido a disparidade dos casos contrapostos.” (mov. 12.1).

Nesse ponto, destaque-se que a defesa do réu não requereu a realização de perícia técnica ao Juízo singular, somente tendo apresentado exames que apontam ser o paciente usuário de drogas, razão pela qual inexistente nos autos laudo médico justificando ser necessária a sua internação, de modo que eventual acompanhamento psicológico ou mesmo o uso de medicação podem, até prova em contrário, serem ministrados na própria unidade prisional onde se encontra recolhido.

[...]

Por fim, quanto à alegação da ausência dos requisitos da custódia preventiva, não se divisa coação ilegal manifesta capaz de autorizar a concessão da medida urgente pleiteada, pois estão presentes, prima facie, a materialidade do delito e indícios suficientes de autoria a recair sobre a paciente, bem como a necessidade de garantir a ordem pública em razão da periculosidade aferida pelo modus operandi que, segundo a peça exordial, envolveu a morte de pessoa que o denunciado presumiu ter relacionamento amoroso com sua ex-companheira e a tentativa de homicídio em relação a esta, ambos na frente de sua própria filha de 5 (cinco) anos de idade.

Desta feita, ante a gravidade do delito e da periculosidade concreta do paciente, entendo que subsiste a necessidade da manutenção da prisão preventiva, consoante o disposto no art. 312, do Código de Processo Penal.”

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência